
O naturalismo biológico de Searle e os apontamentos de Kim

Daniel Luporini DE FARIA¹

Resumo

No preliminar artigo que se segue, sugerimos que, para que o naturalismo biológico de John Searle não caia no interacionismo, o autor em questão deveria adotar uma postura epifenomenalista.

Palavras-chave: Mente, Corpo, Causação Mental.

The biological naturalism of Searle and Kim notes

Abstract

In preliminary article that follows, we suggest that for the biological naturalism of John Searle hitting the interactionism, the author in question should adopt a posture epiphenomenalist.

Key Words: Mind, Body, Mental Causation.

¹ Mestre em Filosofia da Mente, Epistemologia e Lógica pela Universidade Estadual Paulista Campus-Marília. E-mail: luporinifaria@yahoo.com.br.

A relação de superveniência tal como Kim a concebe

Além do materialismo redutivo, uma perspectiva que tende a conceber que o plano mental poderia ser reduzido ao biológico, sendo que este poderia ser reduzido ao químico e este, por sua vez, finalmente, ao físico, num esquema mais ou menos assim: Psicologia → biologia → química → física², pode-se dizer que outra variante de materialismo, que poderíamos denominar de “materialismo não-redutivo”, afirma que embora haja uma relação de dependência dos estados mentais em relação às bases físicas ou cerebrais, a mente não pode ser reduzida ao substrato físico que a sustenta

A noção-chave dessa vertente de materialismo (cabendo lembrar que o reducionismo também aceita a relação de superveniência), que abrange uma série de teorias, é a de *superveniência*, que é sintetizada por Kim (1996, p.10) nos seguintes termos: “A não distinção física implica na não distinção psicológica, de modo equivalente, não há diferença mental sem diferença física”. Devemos destacar desde já que o reducionismo implica na superveniência do mental ao plano físico. Mas voltando a falar da perspectiva de Kim, a superveniência configura-se numa relação de covariância entre conjuntos de propriedades no sentido em que se houver indiscernibilidade num patamar subveniente, ocorreria indiscernibilidade no patamar superveniente (KIM, 1990). Con-

² Ernst Nagel (1979), por exemplo, afirma que existem dois tipos de redução: homogênea e heterogênea. No primeiro caso, da redução homogênea, a teoria que se quer reduzir (T1) tem seus conceitos expressos de maneira inalterada por uma teoria mais abrangente (T2), de modo que o que era antes explicado em T1 passa a ser explicado nos termos da nova teoria mais abrangente. O exemplo clássico desse tipo de redução teórica seria o da redução das leis do movimento terrestre, ou sub-lunar, de Galileu às leis gerais do movimento de Newton, que utilizando-se praticamente dos mesmos termos de Galileu passou a explicar não apenas os movimentos terrestres, mas também o movimento das estrelas e dos planetas. No caso da redução heterogênea, os fenômenos explicados por uma teoria (T1) passam a ser explicados por outra teoria (T2), que originalmente não se propõe a explicar os mesmos tipos de fenômenos que T1 explicaria. Assim, pelo fato de T2 não utilizar os mesmos conceitos que T1, para que se possa efetuar esse tipo de redução faz-se necessário que “regras de correspondência”, ou leis-ponte (bridge laws), entre os termos e assunções de T1 e T2 sejam elaboradas. Um exemplo recorrente de redução heterogênea encontrada na literatura sobre o assunto seria a redução da termodinâmica à mecânica estatística, sendo que os fenômenos térmicos passam a ser explicados em termos de regularidades estatísticas verificadas na interação mecânica entre partículas. Na perspectiva reducionista em filosofia da mente, a realidade dos fenômenos mentais ou psicológicos não é questionada. O reducionista parte da existência da mente, afirmando que as explicações dos fenômenos mentais seriam passíveis de serem reduzidas às explicações referentes aos fenômenos físicos. Assim, observa-se que (pelo menos na perspectiva de Ernst Nagel, que vagamente delineamos) a redução interteórica é concebida em termos de uma relação estritamente lógica entre conceitos e expressões de teorias, que visa fundamentalmente a unificação explicativa, podendo em consequência; dar ensejo para se pensar numa espécie de simplificação ontológica.

tudo, é interessante frisar que Kim entende que a noção de superveniência não se configura numa solução ao problema mente-corpo, servindo somente para afastar perspectivas dualistas radicais, tais como o cartesianismo. Em suas palavras:

A superveniência não é, pois, uma relação metafísica profunda acerca de padrões de covariância de propriedades, padrões esses que possivelmente são manifestações de relações de dependência mais profundas. Se isso é assim, a superveniência só coloca o problema mente-corpo, não sendo uma solução para ele (1998, p.14).

Independentemente do tipo de superveniência que se queira adotar³, Kim considera o problema da “causação mental” como o grande entrave para a consolidação de um materialismo não redutivo consistente, em que ocorra o fechamento causal do mundo físico, sem, no entanto, cair no reducionismo.

O modelo de causação mental desenvolvido por Kim (1998) seria o de causação superveniente, modelo que admite uma relação de causalidade no domínio mental, mas que, a rigor, seria dependente ou superveniente em relação às bases físicas subjacentes aos processos mentais. Nessa perspectiva, o traço marcante do fisicalismo seria assegurado, que seria a relação de dependência dos estados mentais com relação às bases físico-químicas subjacentes.

Assim, levando às últimas consequências a abordagem superveniente do problema da causação mental, Kim (1998) conclui que: em se aceitando a relação de superveniência dos estados mentais bem como a noção de causação mental, haveria o que ele chama de “sobredeterminação causal”, ou seja, um determinado estado mental sendo causado tanto por outro estado mental, quanto por um estado físico. Em não se aceitando a relação de superveniência dos estados mentais, o domínio da mente “poderia” tornar-

³ A relação de superveniência, com efeito, admite formulações mais fracas ou fortes. Abrantes (2004) assim se refere às possibilidades de concepção da relação de superveniência: “A indiscernibilidade física pode dizer respeito exclusivamente a indivíduos tomados num mesmo mundo, ou então envolver comparações de indivíduos tomados em diferentes mundos possíveis (superveniência local); num outro registro, a superveniência pode unicamente comparar as distribuições globais de propriedades físicas, de um lado, e mentais, de outro, em diferentes mundos possíveis, não se comprometendo com comparações de como essas propriedades são instanciadas e estão relacionadas em indivíduos, comparados dois a dois, nesses mundos (superveniência global). A superveniência local implica a global, mas não o contrário. Por outro lado, o modo como especificamos a noção de ‘possibilidade’, se lógica ou nomológica pode, por sua vez, gerar variantes das relações anteriores” (p. 10).

se autônomo, o que daria ensejo a se pensar na possibilidade da mente causar efeitos no plano físico sem uma correspondente causa física.

Neste último caso, ou seja, caso não se aceite a relação de superveniência dos estados mentais, o fechamento causal do mundo físico estaria comprometido (supondo-se que ele seja regido pelo determinismo estrito). Já em relação ao primeiro caso, ou seja, aceitando-se a relação de superveniência, para se contornar a sobredeterminação causal dever-se-ia abrir mão dos poderes causais dos estados mentais para se evitar o não fechamento causal do mundo físico. Nesta perspectiva, as relações entre os estados mentais entre si, bem como dos estados mentais com suas contrapartidas físicas, não poderiam ser causais.

Expostos sinteticamente os argumentos de Kim, pensamos ser possível fazermos algumas observações críticas acerca de suas ideias: a primeira delas diz respeito ao que Kim chama de sobredeterminação causal, que ocorreria caso se *aceite* a relação de superveniência e a noção de causação mental. Ora, se a superveniência constitui-se numa hipótese que afirma que existe uma relação de dependência dos estados mentais em relação às bases físicas ou cerebrais, de modo que a mente não pode ser reduzida ao substrato físico que a sustenta, por que então os estados mentais devem estabelecer relações de causalidade? Não seria muito mais fácil conceber a mente como um apêndice, ou epifenômeno? Em suma, pensamos que o argumento temeroso da sobredeterminação causal de Kim não se sustenta (mas deixemos claro que o reducionismo é consistente com a relação de superveniência).

Já no que concerne ao outro temor de Kim, ou seja, o temor de que caso *não se aceite* a relação de superveniência dos estados mentais, o que “daria”, ensejo para se pensar na mente como um domínio autônomo que “causaria” efeitos no plano físico sem uma contrapartida física, novamente pensamos que este temor não se sustenta, pois como o próprio Kim observa, a não superveniência “poderia dar ensejo” a causas mentais no plano físico. E novamente indagamos: e se a mente fosse um epifenômeno? Com certeza ela possuiria um lastro com o plano material e não causaria qualquer alteração no plano físico.

Mas antes de averiguarmos a plausibilidade ou não do epifenomenalismo dos estados mentais, cabe atentar para o diagrama elaborado por Teixeira (2000), com o intuito de visualizarmos melhor as diferentes perspectivas teóricas em filosofia da mente e a desatenção de Teixeira em acomodar o epifenomenalismo dos estados mentais em seu diagrama:

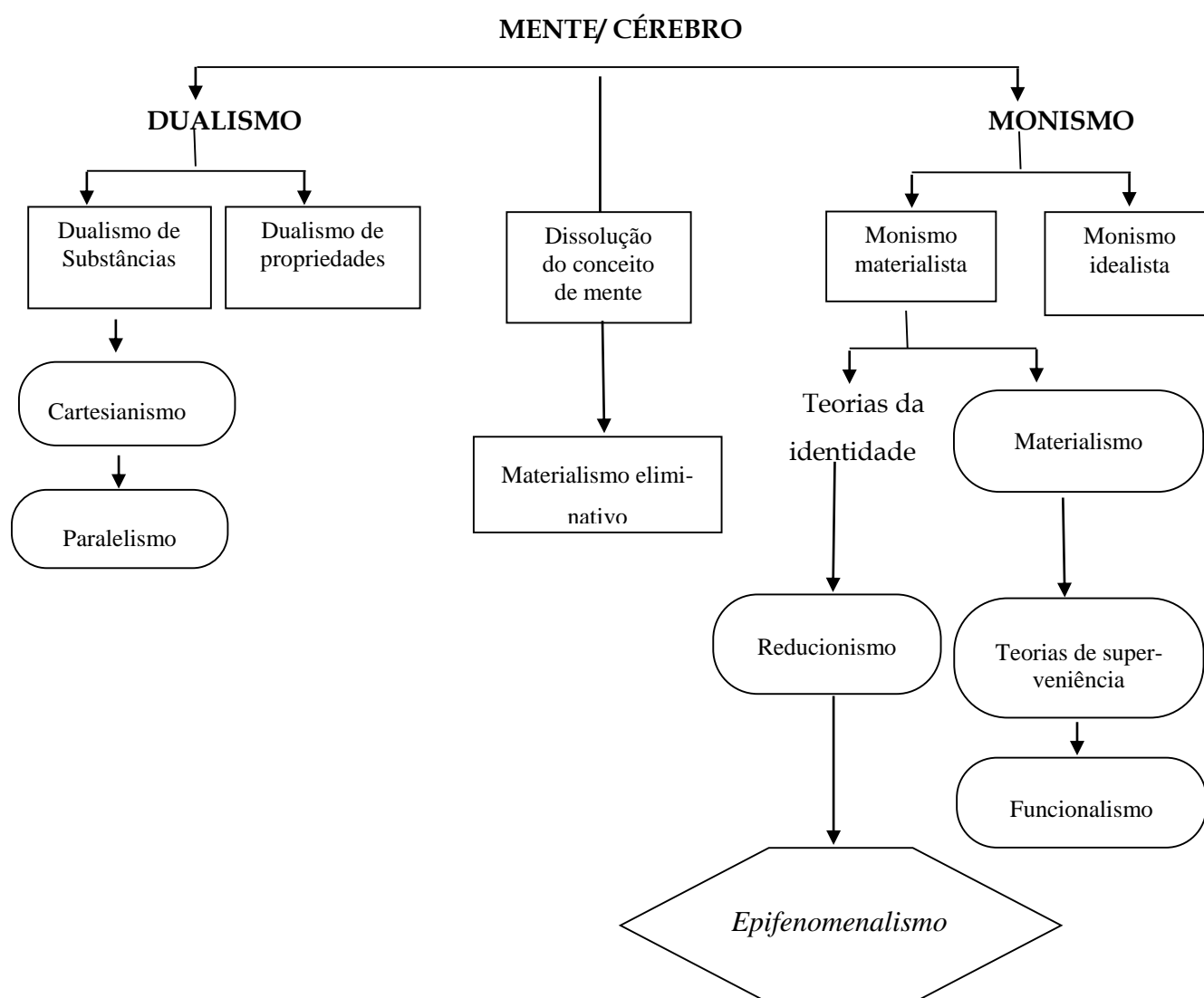


Figura 1.2 - Diagrama alterado por nós sobre as principais vertentes teóricas em filosofia da mente (acrescentamos o epifenomenalismo como uma forma de reduccionismo).

O diagrama elaborado por Teixeira na obra “Mente, cérebro e cognição” (2000), pode ser modificado (como fizemos acima), apresentando a perspectiva epifenomenalista (destacada acima num hexágono e ressaltada por nós em *itálico*), como um prolongamento, ou uma variante de reducionismo fisicalista. Pelo menos é assim que concebemos o epifenomenalismo.

Caso se adote o epifenomenalismo dos estados mentais, poder-se-ia fazer uso do recurso epistemológico conhecido como *lei da parcimônia* ou simplesmente “navalha de Ockam”, pois entendendo-se a mente como um apêndice, toda uma gama de tensões e questionamentos se dissolveriam. Outros problemas surgiriam, é verdade, mas nada que não possa ser contornado mediante lúcida argumentação e coerente caracterização do mental. Recorreremos aos argumentos de Kim em pormenor adiante.

Searle e o naturalismo biológico: existe um lugar para o epifenomenalismo?

Retomando a questão da sobredeterminação causal levantada na seção anterior, vejamos como John Searle acomoda tal problema em seu naturalismo biológico.

Segundo Searle (1997), os processos neurobiológicos “causam” os estados mentais, mais ou menos como o aparelho digestivo (saliva, estômago, fígado, pâncreas, intestinos, etc.) “causa” a digestão. Entretanto, para Searle, os estados neurobiológicos são *ontologicamente* distintos dos estados psicológicos. Sendo assim, como eles poderiam manter uma relação de causalidade?

A princípio, seria pertinente supor que a identidade de poderes causais decorre da identidade ontológica. Se esse fosse o caso, o naturalismo biológico de Searle seria uma espécie de reducionismo fisicalista, que preservaria a eficácia causal do plano mental; assim, a redução ontológica teria de estar no horizonte dessa perspectiva.

Mas essa não é a postura de Searle. Para ele, a rigor, o plano mental, em especial a consciência fenomênica, não seria redutível ao nível cerebral, de modo que, para Searle, haveria dois planos ontológicos: um de primeira pessoa (consciência fenomênica), e um plano de terceira pessoa (o plano físico, objeto de estudo científico).

Deste modo, poder-se-ia considerar duas alternativas para o naturalismo biológico: a primeira delas seria partir da distinção ontológica entre estados neurobiológicos e estados mentais, aceitando que eles se diferenciam no que tange aos poderes causais. Como os primeiros são ontologicamente mais básicos, eles funcionariam causalmente no mundo físico, tanto produzindo outros estados neurobiológicos, quanto produzindo estados mentais ou psicológicos. Sendo estes inertes na cadeia causal, poderiam ser denominados como epifenômenos.

Outra alternativa (que nos parece ser a postura de Searle, tendo em vista o conjunto de sua obra), seria considerar a irreducibilidade ontológica dos estados mentais a estados neurobiológicos e que, tanto estes quanto aqueles, seriam dotados de eficácia causal. Contudo, caso esta perspectiva seja levada a sério, ocorreria o que dissemos no primeiro capítulo sobre a determinação causal, ou seja, um estado psicológico Y sendo causado tanto pelo cérebro, quanto pelo plano mental (causação descendente).

Caso se queira instituir um materialismo digamos “menos problemático”, dever-se-ia considerar que as condições físicas sejam suficientes para o aparecimento das propriedades de nível superior (mente). Assim sendo, as propriedades mentais de sentir uma dor ou um comichão, seriam instanciados por um nível basal inferior ou físico.

Tendo em vista o que pudemos averiguar nesta seção, como o patamar físico é o mais fundamental, conclui-se que o âmbito físico possui certa “primazia” ontológica e epistemológica sobre as demais ciências. Além disso, podemos considerar, sem muito medo de errar, que o fechamento causal do mundo físico decorre dessa primazia do físico sobre o mental. De acordo com esse princípio, todo evento físico que ocorre em T_1 , tem uma causa física em T_1 (KIM, 1993a).

Entretanto, como acomodar numa perspectiva materialista consistente a aparente intuição de que se sente uma coceira e essa sensação “causa” o movimento de minha mão em coçar determinado ponto de minha pele? A solução de Kim é a seguinte: a possibilidade de ocorrer causação descendente teria de ser posta de lado e, consequen-

temente, apenas os elementos de base (plano físico) poderiam ser suficientes para explicar o comichão e meu movimento de coçá-lo. Disso decorre o que Kim chama de “problema da exclusão explicativo causal” (KIM, 1993 a, p. 281).

Ainda em tempo, devemos ressaltar que nem todo evento mental seria redutível, para Kim, ao plano físico, de modo que só seriam redutíveis ao plano físico as propriedades mentais que Kim considera como funcionalizáveis, ou seja, aquelas propriedades que podem ser definidas em termos de seus papéis causais. Ao defender essa forma de redução, Kim tem de admitir que o programa fisicalista é parcialmente consistente, na medida em que nem todos os aspectos do mental são redutíveis (KIM, 2005, p. 161).

Sendo assim, para Kim, os aspectos fenomênicos da consciência ou simplesmente *qualia*, seriam infuncionalizáveis, portanto, irreduzíveis a um patamar mais inferior⁴. Em consequência, os *qualia* seriam resíduos mentais ou epifenômenos: “Os resíduos mentais resistiriam, a todo custo, à redução física, permanecendo como epifenômenos. Isto tem lugar na estrutura causal do mundo físico e não há papel na evolução e seu desenvolvimento” (KIM, 2005, p. 171).

Feito tal parêntese para expor um dos aspectos mais relevantes da perspectiva filosófica de Kim, podemos dizer que, dado que o problema da causação descendente constitui-se no “bicho papão” em filosofia da mente, devendo ser evitado a todo o custo, Searle (2004) faz uso de uma analogia para estabelecer seu ponto de vista: para explicar a solidez do pistão, deve-se compreender o comportamento molecular micro desse pistão. Analogamente, a explicação dos fenômenos mentais deve partir das reações sinápticas que ocorrem no nível micro do cérebro. E essa explicação causal do nível superior a partir do nível inferior é, para Searle, o que garante a eficácia causal do nível superior. Citando Searle:

Nossa aceitação provisória da eficácia causal da consciência não é ameaçada se assinalarmos que qualquer explicação no nível da consciência tem como base fenômenos mais fundamentais, porque é verdade em relação a qualquer sistema físico que as explicações causais de níveis superiores tem como base explicações microfísicas mais fundamentais nos níveis inferiores (SEARLE, 1998, p. 63-64).

Contudo, cabe ressaltar que a analogia de Searle com o pistão parece-nos extremamente problemática por dois motivos aparentemente óbvios. Em primeiro lugar, a redução causal da consciência a processos físico-químicos cerebrais não tem como consequência a redução ontológica da consciência, pois como vimos antes, Searle admite à consciência uma ontologia distinta do plano físico ou cerebral. Outro ponto extremamente problemático da perspectiva de Searle é que emergindo do cérebro, a mente passaria a possuir poderes causais (o porquê dessa relação de necessidade em ter a mente poderes causais só porque emerge de um nível físico cremos ser bastante obscura), o que acarretaria no velho problema da sobredeterminação causal, ou seja, um estado mental sendo causado tanto por um evento físico quanto por um evento mental.

Na figura 2.1, explicitamos graficamente o que se pode entender por sobredeterminação causal.

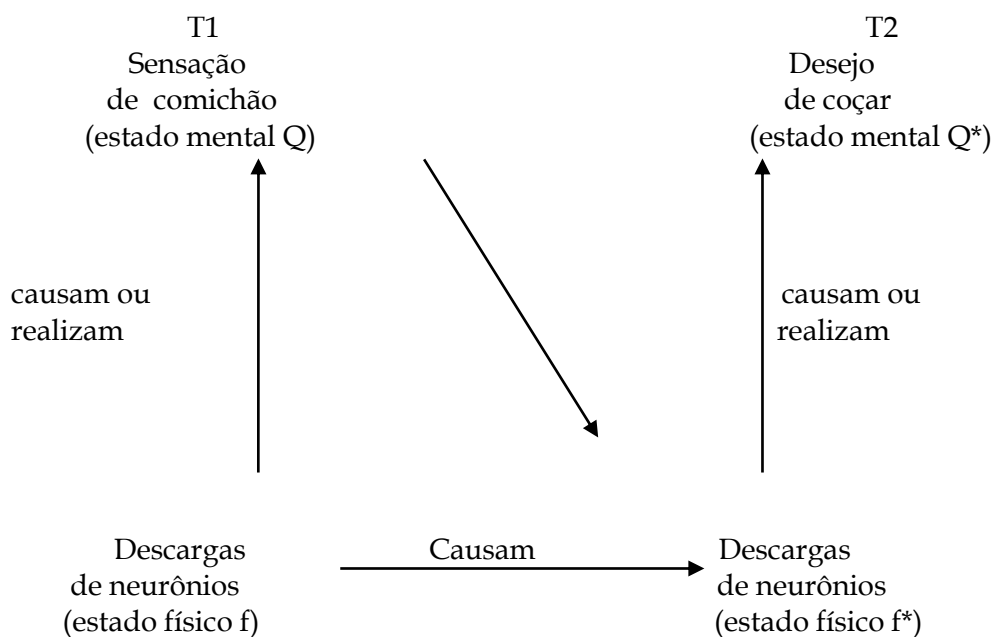


Figura 2.2 - Esquema básico do que seria a sobredeterminação causal

Vejam os outros exemplos de Searle:

Suponha que tentássemos dizer que a dor é na verdade “nada exceto” as disposições de descargas de neurônios. Bem, se tentássemos uma tal redução ontológica, as características essenciais da dor seriam deixadas de lado. Nenhuma descrição dos fatos de terceira pessoa, objetivos, fisiológicos comunicariam o caráter subjetivo, de primeira pessoa, da dor, simplesmente porque as características de primeira pessoa são diferentes das características de terceira pessoa (SEARLE, 1997, p. 170).

Se a perspectiva de primeira pessoa é distinta ontologicamente da perspectiva de terceira pessoa, observa-se em outros exemplos que Searle posiciona-se numa perspectiva contrária ao epifenomenalismo no que tange aos poderes causais da consciência:

Qualquer explicação no nível da consciência tem como base fenômenos mais fundamentais, porque é verdade em relação a qualquer sistema físico que as explicações causais de níveis superiores têm como base explicações microfísicas mais fundamentais nos níveis inferiores. Assinalar que a solidez é explicável em termos do comportamento molecular das ligas metálicas não prova que a solidez do pistão é um epifenômeno; da mesma maneira, assinalar que as intenções são explicáveis em termos de neurônios, sinapses e neurotransmissores não prova que as intenções são um epifenômeno (SEARLE, 2000, p. 63-64).

Conclusão

Para fecharmos essas análises que fizemos sobre parte da obra de Searle, necessário se faz que avaliemos o que foi exposto. Assim, pensamos ser extremamente problemática a ontologia dual proposta por Searle no que tange às relações entre o plano físico e o plano mental.

Dizemos isso em virtude de pensarmos ser extremamente problemática (nesta perspectiva) a interação que Searle enxerga no plano macro (mente) sendo causada por alterações no plano micro (sinapses, neurônios, etc.). É claro que Searle quando fala de seu naturalismo biológico não considera o interacionismo do tipo cartesiano uma postura convincente, entretanto, pensamos que, pela “porta dos fundos”, o interacionismo penetra no *corpus* teórico de Searle e ali se instala, tornando a filosofia de Searle confusa e enigmática.

Entendemos, a rigor, que, no fundo, sem o saber, Searle propõe certo tipo de emergentismo, pois sendo a mente ontologicamente distinta do cérebro e emergente do mesmo, não podendo ser redutível ao plano cerebral, o filósofo compactua com algum tipo de emergentismo. E mais: sendo a mente autônoma, ontologicamente distinta do cérebro, talvez o epifenomenalismo teria lugar em tal perspectiva.

É claro que tudo o que dissemos no parágrafo anterior deve ser veementemente negado por Searle, que não se considera um epifenomenalista. Entretanto, ousamos interpretar e extrapolar os argumentos de Searle entendendo-o como um epifenomenalista, com o intuito de livrá-lo do dualismo que, sorrateiramente, penetra em seus argumentos pela “porta dos fundos”.

Referências

- ABRANTES, P. Naturalismo em filosofia da mente. In: FERREIRA, A., GONZALEZ, M. E. Q., COELHO, J. G. (orgs). **Encontro com as ciências cognitivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004. p. 5-37.
- KIM, J. The myth of nonreductive materialism. In: **Supervenience and mind**: Selected philosophical essays. Cambridge: University Press, 1993a.
- KIM, J, Supervenience as a philosophical concept. **Metaphilosophy**. 1. 1-27, 1990.
- KIM, J. **Philosophy of mind**. Colorado. Westview Press, 1996.
- KIM, J. **Mind in a physical world**. Cambridge MA: The MIT Press, 1998.
- KIM, J. **Physicalism or something near enough**. Princeton University Press, 2005.
- NAGEL, E. (1979). Issues in the logic of reductive explanations. In: **Teleology revisited and other essays in the philosophy of science** (pp.95-117). New York: Columbia University Press.
- SEARLE, J. R. **Mind**: a brief introduction. Oxford University Press, 2004.
- SEARLE, J. R. **A redescoberta da mente**. Tradução Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 379 p.
- SEARLE, J. R. **O mistério da consciência**. Tradução André Yuji Pinheiro Uema e Vladimir Safatle. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 239 p.